

CONTRATO N.º ____/2026

CONTRATO DE FORNECIMENTO DE REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE UNIFORMES, EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPIS), VESTUÁRIO E ACESSÓRIOS TÁTICOS, DESTINADOS A INTEGRANTES DA GUARDA PORTUÁRIA DOS PORTOS ORGANIZADOS DE SALVADOR, ARATU, ILHÉUS E ITAJAÍ, ADMINISTRADOS PELA COMPANHIA DAS DOCAS DO ESTADO DA BAHIA – CODEBA, COM FORNECIMENTO SOB DEMANDA, CONFORME ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS, QUANTITATIVOS, PADRÕES DE QUALIDADE E DEMAIS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA E EM SEUS ANEXOS QUE ENTRE SI CELEBRAM A COMPANHIA DAS DOCAS DO ESTADO DA BAHIA – CODEBA E A EMPRESA [RAZÃO SOCIAL DA CONTRATADA].

CONTRATANTE: A COMPANHIA DAS DOCAS DO ESTADO DA BAHIA – CODEBA, autoridade portuária constituída sob a forma de empresa pública federal, vinculada ao Ministério de Portos e Aeroportos, com sede na Avenida da França, nº 1.551, Estação Marítima Visconde de Cayru, Salvador/BA, CEP 40.010-000, inscrita no CNPJ sob o nº 14.372.148/0001-61, neste ato representada por seu Diretor-Presidente, [NOME], CPF nº [CPF], e pelo(a) Diretor(a) da área Administrativa e Financeira [NOME], CPF nº [CPF], nos termos do art. 171, §4º, do RILC-CODEBA, doravante denominada simplesmente **CODEBA**.

CONTRATADA: [RAZÃO SOCIAL], pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº [CNPJ], com sede em [ENDEREÇO COMPLETO], neste ato representada por [NOME DO REPRESENTANTE LEGAL], [CARGO], CPF nº [CPF], conforme poderes constantes de seu contrato/estatuto social, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**.

As partes acima qualificadas celebram o presente Contrato para o fornecimento de que trata a Cláusula Segunda, decorrente do Processo Administrativo SEI nº 50903.000510/2026-29, vinculado ao Pregão Eletrônico nº 90018/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir pactuadas.

SEÇÃO I – DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E DOCUMENTOS INTEGRANTES

1.1. O presente Contrato rege-se pelas disposições da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016 (Estatuto Jurídico das Empresas Estatais), do Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CODEBA (RILC) e demais normas aplicáveis.

Integram o presente Contrato, para todos os efeitos legais, independentemente de

transcrição, os seguintes documentos:

- a) Edital do Pregão Eletrônico nº 90018/2026 e todos os seus Anexos;
- b) Termo de Referência e seus Anexos;
- c) Proposta comercial da CONTRATADA, datada de [DATA];

1.2. Em caso de divergência entre os documentos integrantes e o presente instrumento contratual, prevalecerão as disposições deste Contrato, seguidas, sucessivamente, e pelo Edital.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DEFINIÇÕES

2.1. Para efeitos deste Contrato, adotam-se as seguintes definições:

- a) CODEBA ou CONTRATANTE: Companhia das Docas do Estado da Bahia, na qualidade de contratante e autoridade portuária;
- b) CONTRATADA: a pessoa jurídica signatária deste instrumento, responsável pelo fornecimento do objeto contratado;
- c) FISCAL DO CONTRATO: colaborador da CODEBA formalmente designado para acompanhar e fiscalizar a execução contratual que exercerá a fiscalização técnica, enquanto que a fiscalização administrativa ficará a cargo da GALC – Gerência de Aquisições, Licitações e Contratos da CODEBA;
- d) GESTOR DO CONTRATO: gerente da área demandante da CODEBA responsável pela gestão administrativa do Contrato;
- e) TR: Termo de Referência que integra o instrumento convocatório;
- f) RILC: Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CODEBA;
- g) FORNECIMENTO: a entrega dos bens objeto deste Contrato, conforme especificações técnicas constantes do TR.

SEÇÃO II – DO OBJETO E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO OBJETO

3.1. O presente Contrato tem por objeto o fornecimento de conforme especificações técnicas, quantitativos, padrões de qualidade e demais condições estabelecidas no Termo de Referência e em seus Anexos.

3.2. A presente contratação caracteriza-se como fornecimento de natureza não continuada, nos termos do art. 68, § 1º, da Lei nº 13.303/2016.

3.3. Contratação de empresa especializada para o fornecimento de uniformes, equipamentos de proteção individual (EPIs), vestuário e acessórios táticos, destinados a integrantes da Guarda Portuária dos Portos Organizados de Salvador, Aratu, Ilhéus e Itajaí, administrados pela Companhia das Docas do Estado da Bahia – CODEBA, com

fornecimento por lotes, conforme especificações técnicas, quantitativos, padrões de qualidade e demais condições estabelecidas neste Termo de Referência e em seus anexos.

3.4. Os materiais a serem fornecidos deverão atender integralmente aos padrões institucionais da CODEBA, às normas técnicas aplicáveis e às exigências operacionais da Guarda Portuária, assegurando padronização, segurança, funcionalidade, durabilidade e identidade visual, em observância aos princípios da economicidade, eficiência, isonomia e competitividade, previstos na Lei nº 13.303/2016, no Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CODEBA e na legislação correlata.

3.5. A presente contratação caracteriza-se como fornecimento de natureza continuada, uma vez que os bens objeto deste Termo de Referência são essenciais à manutenção permanente das atividades de Segurança Pública Portuária, não se exaurindo em uma única entrega, considerando a necessidade de reposição periódica decorrente do uso contínuo e do desgaste natural dos materiais empregados nas operações sob responsabilidade da CODEBA.

4. CLÁUSULA QUARTA – DO REGIME DE FORNECIMENTO

4.1. O regime de execução dos serviços contratados será o de **EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL**.

4.2. O regime de execução do presente Contrato é o de fornecimento é parcelado, conforme a natureza do objeto e as condições definidas no Termo de Referência.

4.3. O fornecimento parcelado, quando aplicável, observará o cronograma e as quantidades definidas nas autorizações de fornecimento emitidas pela CODEBA.

5. CLÁUSULA QUINTA – PRAZOS

5.1. Na execução do serviço a que se refere este Termo de Referência deverão ser observados, pelas partes, os seguintes prazos:

5.2. **De execução do Contrato:** máximo 60 (sessenta) dias corridos, contados a partir da data da assinatura do Contrato;

5.3. **De vigência do Contrato:** 13 (doze) meses, contados na publicação, em extrato, no DOU;

5.4. **Contrato passível de renovação por igual período.**

5.5. Na hipótese de a verificação não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

5.6. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do Contrato, nem afasta a obrigação de substituição de bens defeituosos.

6. CLÁUSULA SEXTA – DO LOCAL E CONDIÇÕES DE ENTREGA

6.1. O prazo de entrega para os materiais que deverão ser entregues em até **30 (trinta)** dias corridos após o recebimento da autorização de fornecimento pela CONTRATADA, nos Almoxxarifados dos Portos da CODEBA/BA, no horário de 08:00 às 12:00 e das 13:00 às 16:00 h, e no seguinte endereço:

| UNIDADE | ENDEREÇO |
|--------------------------|---|
| Sede e Porto de Salvador | Av. da França, 1551 - Comércio - 40.010-000 Salvador - BA |

6.2. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de **05 (cinco) dias**, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

6.3. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de **20 (vinte) dias**, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

6.4. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de até **9 (nove) dias**, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

6.5. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

6.6. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

6.7. Caso sejam identificados defeitos e/ou discrepâncias em relação às especificações exigidas, a CONTRATADA deverá promover a substituição dos mesmos em até 5 (cinco) dias úteis, contados da comunicação realizada pela CONTRATANTE.

6.8. A CONTRATADA deverá comunicar à CONTRATANTE, via e-mail, com 72 horas úteis de antecedência, a data e o horário previsto para a entrega dos itens.

SEÇÃO III – CONDIÇÕES ECONÔMICO-FINANCEIRAS

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DO VALOR E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1. O valor total do presente Contrato é de R\$ [VALOR] ([EXTENSO]), incluídas todas as despesas diretas e indiretas, tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, frete, seguro e quaisquer outras necessárias ao cumprimento integral do objeto.

7.2. O valor acima é meramente estimativo, de modo que os pagamentos devidos à CONTRATADA dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos e aceitos pela CODEBA.

7.3.A despesa decorrente deste Contrato está programada em dotação orçamentária própria, tombada sob o nº [NÚMERO], SD nº [NÚMERO], Classificação: [CLASSIFICAÇÃO], no exercício financeiro de [ANO], conforme Nota de Empenho nº [NÚMERO], de [DATA].

7.4.Havendo necessidade de execução em exercício financeiro subsequente, a continuidade do Contrato ficará condicionada à respectiva disponibilidade orçamentária.

8. CLÁUSULA OITAVA – DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento será efetuado pela CODEBA no prazo de até 30 (trinta) dias úteis, contados da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, devidamente atestada pelo Fiscal do Contrato, mediante ordem bancária creditada em conta corrente indicada pela CONTRATADA, nos termos do art. 225 do RILC-CODEBA.

8.2. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo dos bens.

8.3. A Nota Fiscal/Fatura deverá ser emitida entre o 1º e o 10º dia do mês, salvo expressa autorização da Diretoria competente.

8.4. A CONTRATADA deverá apresentar, juntamente com a Nota Fiscal/Fatura, a seguinte documentação comprobatória de regularidade:

- a) Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- b) Certificado de Regularidade do FGTS (CRF);
- c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);
- d) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio da CONTRATADA.

8.5.SICAF para verificação da manutenção das condições de habilitação. Constatada irregularidade, a CONTRATADA será notificada por escrito para regularização no prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável uma vez por igual período, a critério da CODEBA.

8.6.Fica autorizada a retenção ou glosa no pagamento, sem prejuízo das sanções cabíveis, quando a CONTRATADA não mantiver as condições de habilitação ou quando houver parcela controvertida na execução.

8.7.Havendo erro na Nota Fiscal/Fatura ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras, sem ônus para a CODEBA.

8.8.Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, ressalvadas as hipóteses de isenção ou não incidência legalmente previstas.

8.9.Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária.

9. CLÁUSULA NONA – DO REAJUSTE E DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO REAJUSTE

9.1. Os preços contratados serão fixos e irrevogáveis pelo período de 12 (doze) meses, contados da data de apresentação da proposta.

9.2. Após o interstício mínimo de 12 (doze) meses, os preços poderão ser reajustados mediante solicitação da CONTRATADA, aplicando-se a variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, apurado pelo IBGE, tendo como data-base o mês de apresentação da proposta.

9.3. O reajuste será calculado pela seguinte fórmula: $IR (\%) = (I_x - I_0) / I_0$, onde: I_x = índice correspondente ao mês de aniversário da proposta; I_0 = índice correspondente ao mês de apresentação da proposta.

9.4. O reajuste incidirá exclusivamente sobre o saldo contratual, não se admitindo reajuste sobre parcelas já executadas.

9.5. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 12 (doze) meses será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

9.6. Caso o índice estabelecido venha a ser extinto, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação vigente. Na ausência de previsão legal, as partes elegerão novo índice oficial mediante termo aditivo.

9.7. O reajuste será formalizado por apostilamento.

DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

9.8. Os preços contratados poderão ser revistos, a qualquer tempo, para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente, na hipótese de sobrevirem fatos previsíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis que tornem excessivamente oneroso o cumprimento das obrigações, nos termos do art. 81, § 6º, da Lei nº 13.303/2016.

9.9. A revisão poderá ocorrer, dentre outras hipóteses, em razão de:

- a) Caso fortuito ou força maior;
- b) Fato do príncipe;
- c) Criação, alteração ou extinção de tributos ou encargos legais com comprovada repercussão sobre os preços contratados.

9.10. A parte que pretender a revisão deverá apresentar requerimento fundamentado, acompanhado de documentação comprobatória da alteração dos custos, para análise e deliberação da outra parte.

DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA POR ATRASO DE PAGAMENTO

9.11. Os pagamentos devidos à CONTRATADA, quando em atraso não imputável à CONTRATADA, serão atualizados monetariamente entre a data do adimplemento e a do efetivo pagamento, pela variação do IPCA/IBGE, acrescidos de compensação financeira calculada pela fórmula: $EM = I \times N \times VP$, sendo: EM = encargos moratórios; N = número de dias de atraso; VP = valor da parcela; $I = 0,00016438$ (correspondente a 6% ao ano/ 365 dias).

10. CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA CONTRATUAL

10.1. A CONTRATADA deverá prestar garantia contratual correspondente a até 5% (cinco por cento) do valor total do Contrato, no prazo de 10 (dez) dias úteis contados da assinatura deste instrumento, prorrogável uma vez por igual período, nos termos do art. 177, §4º, do RILC-CODEBA.

10.1.1. Para obras, serviços e fornecimentos de grande vulto envolvendo complexidade técnica e riscos financeiros elevados, o limite de garantia poderá ser elevado para até 10% (dez por cento) do valor do Contrato, nos termos do art. 177, §3º, do RILC-CODEBA.

10.2. A garantia poderá ser prestada em uma das seguintes modalidades, à escolha da CONTRATADA:

- a) Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, devendo ser atualizada monetariamente pela Taxa Referencial (TR) quando em dinheiro;
- b) Seguro-garantia;
- c) Fiança bancária.

10.3. A validade da garantia deverá corresponder ao prazo de vigência contratual acrescido de 3 (três) meses, devendo ser renovada a cada prorrogação e complementada em caso de aditivo, apostilamento ou reajuste.

10.4. A garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá assegurar o pagamento de:

- a) Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do Contrato;
- b) Prejuízos diretos causados à CODEBA decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do Contrato;
- c) Multas moratórias e compensatórias aplicadas pela CODEBA à CONTRATADA;
- d) Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza não adimplidas pela CONTRATADA, quando couber, nos termos do art. 178 do RILC- CODEBA.

10.5. Caso o valor da garantia seja utilizado, total ou parcialmente, a CONTRATADA deverá proceder à sua recomposição no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da notificação pela CODEBA.

10.6. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa, nos termos previstos neste Contrato. O atraso superior a 30 (trinta)

dias autoriza a CODEBA a promover a rescisão do Contrato ou a reter o valor da garantia dos pagamentos eventualmente devidos, nos termos do art. 180 do RILC-CODEBA.

10.7. A garantia será liberada ou restituída após a lavratura do Termo de Encerramento do Contrato, descontados eventuais valores devidos à CODEBA, acompanhada de declaração da Fiscalização de que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas contratuais.

SEÇÃO IV – GESTÃO, FISCALIZAÇÃO E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

11.1. A execução do Contrato será acompanhada e fiscalizada nos termos dos arts. 206 a 216 do RILC-CODEBA, mediante:

11.1.1. Fiscalização técnica: exercida por empregado(s) da Gerência de Meio Ambiente e de Segurança do Trabalho, designado(s) pelo Diretor-Presidente, com as atribuições de acompanhar a execução do objeto, verificar a qualidade e conformidade dos bens, atestar Notas Fiscais e registrar ocorrências;

11.2. Compete ao Fiscal Técnico, em especial:

11.2.1. Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto, registrando em documento próprio todas as ocorrências, indicando dia, mês, ano e funcionários envolvidos;

11.2.2. Conferir a qualidade, quantidade e conformidade dos bens entregues com as especificações contratuais e do Termo de Referência;

11.2.3. Rejeitar bens em desconformidade com as especificações, determinando prazo para substituição;

11.2.4. Atestar as Notas Fiscais/Faturas correspondentes aos bens efetivamente entregues e aceitos;

11.2.5. Comunicar imediatamente ao Gerente as ocorrências que possam ensejar alterações, aplicação de sanções, rescisão contratual ou outras medidas, nos termos do art. 213 do RILC;

11.2.6. Proceder ao recebimento provisório e definitivo do objeto, nos termos dos arts. 217 a 223 do RILC.

11.2.7. A gestão administrativa do Contrato será exercida pelo Gestor do Contrato, designado pela autoridade competente, nos termos do art. 207 do RILC-CODEBA.

11.2.8. O Gestor do Contrato, após a assinatura do Contrato e antes do início de sua execução, deverá promover reunião inicial, preferencialmente com a presença dos técnicos responsáveis pela elaboração do Termo de Referência, dos Fiscais Técnico e Administrativo e do preposto da CONTRATADA, conforme recomendação do art. 214 do RILC-CODEBA.

11.2.9. A fiscalização exercida pela CODEBA não exclui nem reduz a responsabilidade

da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, não implicando corresponsabilidade da CODEBA ou de seus agentes e prepostos, nos termos do art. 76 da Lei nº 13.303/2016 e do art. 252 do RILC-CODEBA.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

12.1. São obrigações da CODEBA:

12.1.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

12.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

12.1.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

12.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

12.1.5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos.

12.1.6. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

13.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

a) Fornecer equipamento de proteção individual - EPI com certificado de aprovação - CA válido, expedido pelo órgão de âmbito nacional competente em matéria de segurança e saúde no trabalho;

b) Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

c) O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

d) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

- e) Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;
- f) Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- g) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- h) Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

14.1. Não será admitida a subcontratação do objeto deste Contrato subcontratação parcial mediante prévia autorização da CODEBA, nos termos do art. 205 do RILC-CODEBA.

14.2. A subcontratação não autorizada ensejará a rescisão do Contrato e a aplicação das sanções previstas neste instrumento.

SEÇÃO V – REGIME DE RESPONSABILIDADES

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1. A inexecução parcial ou total do objeto contratado e a prática de qualquer dos atos indicados na Tabela 4 abaixo, verificado o nexo causal devido à ação ou à omissão da licitante ou contratado, relativamente às obrigações contratuais em questão, torna possível, observando-se o contraditório e a ampla defesa, a aplicação das sanções previstas na legislação vigente e no neste instrumento de licitação, conforme listado a seguir:

- a) Advertência;
- b) Multa;
- c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública enquanto perdurar a punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;

15.2. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurar a punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

15.3. Procedimentos para aplicação de penalidades:

15.3.1. Será aplicada a sanção de advertência nas hipóteses de descumprimento de quaisquer obrigações previstas no edital, seus anexos e no contrato, que não configurem hipóteses de aplicação de sanções mais graves, desde que fiquem caracterizadas a

insignificância dos efeitos do descumprimento e a boa-fé, e, ainda, nas seguintes situações:

15.3.2. Atraso superior a 10 (dez) dias na execução do objeto, tendo como base a comprovação de formalização da demanda à CONTRATADA;

15.3.3. Concomitantemente com as outras penalidades previstas no presente instrumento.

15.3.4. Será aplicada multa nas seguintes situações:

15.3.4.1. De caráter compensatório, quando será aplicado os seguintes percentuais:

15.3.4.1.1. De até 10% (dez por cento) sobre o saldo do serviço demandado, caso haja a inexecução parcial do objeto;

15.3.4.1.2. De até 10% (dez por cento) do saldo contratual, por descumprimento das obrigações e responsabilidades contratuais;

15.3.4.1.3. De até 15% (quinze por cento) sobre o valor total do contrato, nos casos de inexecução total do objeto;

15.3.4.1.4. De 2% (dois por cento) sobre o valor total do contrato por quaisquer outras infrações cometidas pela empresa;

15.3.4.1.5. De caráter moratório, na hipótese de atraso injustificado na entrega ou execução do objeto do contrato, quando será aplicado os seguintes percentuais:

a) 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso na execução de serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, quando o atraso do curso for superior a 10 (dez) dias corridos contados a partir da formalização da demanda;

b) 0,66% (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso que exceder a alínea anterior, na execução de serviços, sobre o valor correspondente à parte inadimplente, em caráter excepcional e a critério do órgão contratante.

15.4. Será configurada a inexecução parcial do objeto, quando:

15.4.1. A Contratada não executar as quantidades dos serviços e especificações estabelecidas no Termo de Referência e determinadas pela CODEBA, bem definidas na planilha de quantidades/preços contratuais.

15.4.2. Será configurada a inexecução total do objeto quando houver atraso injustificado para execução dos serviços por mais de 10 (dez) dias corridos após a formalização da demanda pela contratante.

15.4.3. Além das multas previstas no item 16.2.2 do Termo de Referência, poderão ser aplicadas multas, conforme graus e eventos descritos nas tabelas 3 e 4 abaixo;

15.4.4. Na primeira ocorrência de quaisquer dos itens relacionados na tabela 4, a contratante poderá aplicar apenas a sanção de advertência.

| Tabela 3. Relação entre grau de penalidade e valor correspondente da multa | |
|---|------------------------|
| Grau | Correspondência |
| 1 | R\$ 400,00 |
| 2 | R\$ 600,00 |
| 3 | R\$ 800,00 |
| 4 | R\$ 1.000,00 |
| 5 | R\$ 5.000,00 |
| 6 | R\$ 10.000,00 |

| Tabela 4. Relação de Infrações | | |
|--|--|----|
| 1 | Fornecer informação pérfida de serviço; por ocorrência. | 02 |
| 2 | Executar serviço incompleto, paliativo substitutivo como por caráter permanente, ou deixar de providenciar recomposição complementar; por ocorrência. | 03 |
| 3 | Usar/divulgar informações da CODEBA, para fins diversos do objeto contratual, sem anuência da CONTRATANTE | 04 |
| 4 | Deixar de manter a documentação de habilitação atualizada | 04 |
| 5 | Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais | 06 |
| 6 | Apresentar documentos fraudulentos, adulterados ou falsificados nas licitações, objetivando obter, para si ou para outrem, vantagem decorrente da adjudicação do objeto da licitação; | 05 |
| 7 | Dar causa a atraso para emissão da ordem de serviço | 05 |
| 8 | Fornecer materiais danificados ou diferente do especificado neste Termo de Referência | 06 |
| 9 | Inexecução total das obrigações contratuais | 06 |
| 10 | Usar indevidamente patentes registradas; por ocorrência | 06 |
| 11 | Atraso para conclusão dos serviços e/ou entrega dos equipamento apresentados neste Termo de Referência | 06 |
| 12 | Atrasar, sem justificativa pertinente ao certame, qualquer fase da licitação, será válida quando a empresa for reincidente, já havendo ocorrência anterior da mesma natureza registrada em sistema ou documento oficial; | 06 |
| Para itens a seguir, DEIXAR DE: | | |
| 13 | Substituir equipamentos danificados ou incompatível com suas atribuições; por equipamento e por dia. | 06 |
| 14 | Manter a documentação de habilitação atualizada; por item e por ocorrência. | 01 |
| 15 | Cumprir prazo estabelecido pelo contrato ou determinado pela FISCALIZAÇÃO; por ocorrência. | 02 |
| 16 | Cumprir determinação formal ou instrução complementar da FISCALIZAÇÃO; por ocorrência | 06 |

| Tabela 4. Relação de Infrações | | |
|---------------------------------------|---|----|
| 1 | Fornecer informação pérfida de serviço; por ocorrência. | 02 |
| 17 | Iniciar execução de serviço nos prazos estabelecidos pela FISCALIZAÇÃO, observados os limites mínimos estabelecidos por este contrato; por serviço e por dia | 06 |
| 18 | Refazer serviço não aceito pela FISCALIZAÇÃO, nos prazos estabelecidos no contrato ou determinados pela FISCALIZAÇÃO; por ocorrência. | 03 |
| 19 | Deixar de entregar, no prazo estabelecido no edital, os documentos e anexos exigidos, por meio eletrônico, de forma provisória, ou, em original ou cópia autenticada, de forma definitiva, ou ainda, atrasar, sem justificativa pertinente ao certame, qualquer fase da licitação | 04 |
| 20 | Cumprir as obrigações legais da Contratada determinada neste termo, por cláusula | 06 |
| 21 | Celebrar o contrato, não manter a proposta, ensejar o retardamento na execução do seu objeto, falhar ou fraudar na execução do contrato | 06 |

15.5. Quanto à gravidade, o atraso será classificado como:

- a) Brando: quando acarretar um atraso de 5% (cinco por cento) até 15% (quinze por cento) na execução do serviço do mês;
- b) Mediano: quando acarretar um atraso de 15% (quinze por cento) a 25% (vinte e cinco por cento) na execução do serviço do mês;
- c) Grave: quando acarretar um atraso de mais de 25% (vinte e cinco por cento) na execução dos serviços do mês.

15.6. Quanto à frequência, o atraso será classificado como:

- a) Eventual: quando ocorrer apenas uma vez;
- b) Intermitente: quando ocorrer mais de uma vez, em medições não subsequentes;
- c) Constante: quando ocorrer mais de uma vez, em medições subsequentes.

15.7. A gravidade do atraso será aferida, em cada medição, de maneira cumulativa, procedendo-se à comparação entre o valor acumulado previsto pela Contratada e o total acumulado efetivamente realizado até medição em questão;

15.8. A multa poderá ser aplicada no decorrer dos serviços, nos períodos de medição seguintes ao da constatação do atraso;

15.9. Na primeira vez em que ocorrer o atraso, poderá ser aplicada, a critério da Fiscalização, a sanção de advertência. A qualquer tempo, a Fiscalização poderá aplicar a sanção de advertência se constatado atraso dos serviços de 5% (cinco por cento) do valor que deveria ter sido executado;

15.10. Se a Contratada apresentar, nos períodos de medição seguintes aos do registro do atraso, recuperação satisfatória ao cumprimento dos prazos acordados, a Fiscalização poderá, a seu exclusivo critério, optar pela não aplicação da multa;

15.11. A recuperação supracitada não impede a aplicação de outras multas em caso de incidência de novos atrasos;

15.12. A sanção de suspensão do direito de licitar e de contratar com a CODEBA, de que trata a Seção III, artigos 82 a 84 da Lei Nº 13.303/2016, poderá ser aplicada à Contratada, por culpa ou dolo, por até 02 (dois) anos, entre outros casos, no caso de inexecução parcial do objeto, conforme previsto.

15.13. Será aplicada a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, prevista na Seção III, artigos 82 a 84 da Lei Nº 13.303/2016, entre outros casos, quando a Contratada

15.14. Tiver sofrido condenação definitiva por ter praticado, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

15.15. Praticar atos ilícitos, visando frustrar os objetivos deste Contrato;

15.16. Demonstrar, a qualquer tempo, não possuir idoneidade para licitar ou contratar com a CODEBA, em virtude de atos ilícitos praticados;

15.17. Cometer ato capitulado como crime pela Lei nº 13.303/2016, praticado durante o procedimento licitatório, que venha ao conhecimento da CODEBA após a assinatura do Contrato;

15.18. Apresentar à CODEBA qualquer documento falso ou falsificado, no todo ou em parte, com o objetivo de participar da licitação ou para comprovar, durante a execução do contrato, a manutenção das condições apresentadas na habilitação;

15.19. Incorrer em inexecução total do objeto;

15.20. As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de contratar com a CODEBA e o de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas à Contratada juntamente com de multa;

15.21. Fica a CODEBA autorizada a descontar o valor da multa de qualquer pagamento a ser efetuado à Contratada;

15.22. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela Contratada à CODEBA, este será encaminhado para cobrança judicial, arcando a Contratada com as custas processuais e honorários advocatícios de 20% sobre o valor cobrado atualizado;

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

16.1. O presente Contrato extinguir-se-á:

- a) Pela completa execução de seu objeto;
- b) Pelo término de seu prazo de vigência;

c) Por acordo entre as partes, desde que a medida não acarrete prejuízo à CODEBA.

16.2. Constituem motivo para a rescisão do Contrato:

16.2.1. O descumprimento ou o cumprimento irregular de cláusulas contratuais,

16.2.2. Especificações ou prazos;

16.2.3. O atraso injustificado no início do fornecimento;

16.2.4. O desatendimento das determinações regulares do Fiscal do Contrato;

16.2.5. O cometimento reiterado de faltas na execução, devidamente anotadas pela fiscalização;

16.2.6. A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil da CONTRATADA;

16.2.7. A fusão, cisão, incorporação ou associação da CONTRATADA com outrem, não admitida no Edital e sem prévia autorização da CODEBA;

16.2.8. A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;

16.2.9. Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e exaradas no processo administrativo;

16.2.10. O descumprimento da vedação ao trabalho infantil (art. 7º, XXXIII, CF/88);

16.2.11. A prática de atos lesivos à Administração Pública, nos termos da Lei nº 12.846/2013;

16.2.12. A inobservância da vedação ao nepotismo;

16.2.13. A subcontratação total ou parcial não autorizada;

16.2.14. A prática de atos que prejudiquem ou comprometam a imagem ou reputação da CODEBA, direta ou indiretamente, nos termos do art. 264, XII, do RILC-CODEBA;

16.2.15. Caso fortuito ou força maior que impeça a execução do Contrato;

16.2.16. O não pagamento de salários e demais verbas trabalhistas, bem como o não recolhimento das contribuições previdenciárias e do FGTS.

16.2.17. A rescisão será formalmente motivada nos autos do processo administrativo, assegurados à CONTRATADA o contraditório e a ampla defesa, e decidida pela autoridade competente.

16.2.18. Os efeitos da rescisão operar-se-ão a partir da comunicação escrita à CONTRATADA ou, na impossibilidade de notificação pessoal, por publicação no Diário Oficial da União.

16.2.19. A rescisão por ato unilateral de qualquer das partes deverá ser precedida de aviso por escrito com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, desde que autorizada no Contrato e na legislação vigente.

16.2.20. O processo administrativo para rescisão contratual e/ou aplicação de sanções observará o procedimento previsto nos arts. 265 a 275 do RILC-CODEBA, assegurados o contraditório e a ampla defesa, incluindo notificação para defesa no prazo de até 10 (dez) dias úteis.

16.2.21. A CODEBA poderá determinar a suspensão da execução do Contrato, em casos excepcionais e motivados tecnicamente pelo Fiscal Técnico, nos termos dos arts. 246 e 247 do RILC-CODEBA, indicando o prazo da suspensão, as atividades que deverão ser mantidas pela CONTRATADA e o montante de eventual indenização.

16.2.22. O presente Contrato poderá ser alterado nas hipóteses previstas no art. 81 da Lei nº 13.303/2016 e nos arts. 191 a 204 do RILC-CODEBA.

16.2.23. CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato, nos termos do art. 81, § 1º, da Lei nº 13.303/2016.

16.2.24. As alterações contratuais serão formalizadas mediante Termo Aditivo, exceto nas hipóteses de reajuste ou atualização monetária, que serão efetuadas por apostilamento.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

17.1. Para o presente fornecimento deverão ser observados os seguintes critérios de sustentabilidade ambiental pela Contratada:

- a) Contribuir para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável no cumprimento de diretrizes e critérios de sustentabilidade ambiental, de acordo com o art. 225 da Constituição Federal/88, e em conformidade com art. 31 da Lei nº 13.303/2016 e com o art.6º da Instrução Normativa/SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010;
- b) Respeitar e aplicar as normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT NBR-15448-01 e 15448-2, referente ao uso de materiais atóxicos, biodegradáveis e recicláveis; e
- c) Atender, no que couber, o critério de sustentabilidade ambiental previstos na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01, de 19/01/2010;
- d) Apresentar licenciamento ambiental, e se houver, certificações no âmbito ambiental (ISO 14.001, Origem Sustentável, Selo Verde e similares).

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – EXTINÇÃO DO CONTRATO

18.1. A extinção dos contratos firmados pela CODEBA se dará:

- I. Pela completa execução do seu objeto ou pelo advento de termo ou condição nele

prevista;

II. Pelo término do seu prazo de vigência;

III. Por acordo entre as partes, desde que a medida não acarrete prejuízos para a CODEBA;

IV. Por ato unilateral da parte interessada, mediante aviso por escrito à outra parte com antecedência de, no mínimo, 30 (trinta) dias, desde que a medida não acarrete prejuízos para a CODEBA e esteja autorizado no contrato, na legislação em vigor ou neste regulamento;

V. Pela via judicial ou arbitral; e

VI. Em razão de rescisão contratual pela ocorrência de qualquer dos motivos elencados na Cláusula de Rescisão.

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO, DO ACRÉSCIMO E SUPRESSÃO

19.1. O presente contrato poderá ser alterado nas hipóteses previstas na Lei 13.303/2016 e nos arts. 191 a 204 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CODEBA, observado o procedimento previsto.

20. CLÁUSULA VIGÉSIMA – MATRIZ DE RISCO

20.1. Sendo cláusula contratual definidora de riscos e responsabilidades entre as partes e caracterizadora conforme item 23 do Termo de Referência – Matriz de Risco Contratual.

21. CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DOS CASOS OMISSOS

21.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 13.303/2016 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

22. CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

22.1. A CODEBA declara que está em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018 - LGPD), comprometendo-se a adotar todas as medidas técnicas e administrativas necessárias para proteger os dados pessoais tratados no âmbito deste contrato.

23. CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – GARANTIA CONTRATUAL DE BENS

23.1. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, é de, no mínimo, 12 (doze) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

23.2. A garantia do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

23.3. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade da **CONTRATADA**.

23.4. Uma vez notificada, a Contratada realizará a substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pela Contratada ou pela assistência técnica autorizada.

23.5. Os equipamentos que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídos por outros novos, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

23.6. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças ou equipamentos, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

23.7. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pela própria Contratada, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

23.8. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

24. CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - DO FORO

24.1. As partes elegem o foro da Seção Judiciária da Bahia do Tribunal Regional Federal da Primeira Região como o único competente para dirimir as dúvidas oriundas desta licitação e do contrato decorrente, renunciando as partes, a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

24.2. E por estarem assim perfeitamente justos e contratados, firmam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e forma, para os devidos efeitos legais, as partes contratantes, na presença das testemunhas abaixo signatárias.

Salvador, de de

Pela CODEBA:

| | |
|----------------------|---|
| XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX | XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX |
| CPF _____ | CPF _____ |
| Diretor-Presidente | Diretor da área Administrativa e Financeira |

Pela CONTRATADA:

| | |
|----------------------|----------------------|
| XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX | XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX |
| CPF _____ | CPF _____ |
| CARGO/FUNÇÃO | CARGO/FUNÇÃO |

TESTEMUNHAS:

1. _____

2. _____

NOME:
CPF:

NOME:
CPF: